

# Congresso ignora sociedade e clima com PL da Devastação



» JULIANA DE PAULA BATISTA  
Advogada socioambientalista

VERCILENE FRANCISCO DIAS  
Coordenadora do Departamento Jurídico da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq)

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) divulgou, no começo de julho, um parecer consultivo histórico sobre a relação entre emergências climáticas e proteção dos direitos humanos. O documento vincula os países que se submetem à jurisdição da Corte IDH, caso do Brasil, a adequarem suas leis, políticas públicas e ações aos parâmetros mais eficazes para a proteção dos direitos tratados no parecer. “Os Estados têm a obrigação de agir (...) para combater as causas humanas das alterações climáticas e proteger as pessoas sob a sua jurisdição dos impactos climáticos, em particular aquelas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade”, diz o parecer.

A boa-nova, no entanto, encontra um clima pouco amigável no Brasil com a aprovação, na madrugada de 17 de julho, do PL 2.159/2021, ou o PL da Devastação, na Câmara dos Deputados. O projeto, que agora segue para sanção ou veto do presidente da República, desmonta, de modo preocupante, as regras para o

licenciamento ambiental de obras e atividades, alterando o arcabouço vigente desde a redemocratização.

Se for mantido, permitirá que empreendimentos altamente impactantes sejam licenciados a toque de caixa. Terras indígenas e quilombolas, por exemplo, só serão consideradas se já estiverem nas fases finais de um longo e complexo processo de regularização fundiária, o que pode demorar mais de 30 anos. As terras que estão nas fases iniciais do processo de demarcação ou titulação poderão ser solenemente ignoradas, e grandes empreendimentos nelas instalados. Os impactos não serão estudados, tampouco prevenidos, mitigados ou compensados. O que restará serão danos irreparáveis.

A estratégia não é ingénua e foi pensada justamente para criar fatos consumados por terceiros nessas áreas, inviabilizar a posse plena da terra e gerar ainda mais insegurança jurídica para os direitos fundamentais de indígenas e quilombolas. As terras indígenas e quilombolas estão entre as principais barreiras contra o avanço do desmatamento no Brasil. Dados do Mapbiomas mostram que, nos últimos 30 anos, terras indígenas perderam apenas 1% de vegetação nativa, enquanto nas áreas privadas a perda foi de 20,6%.

Legislar contra o meio ambiente e em prejuízo das terras indígenas e quilombolas viola frontalmente uma das conclusões unânimes da Corte IDH: os estados devem adotar as medidas legislativas, administrativas e de política pública adequadas para garantir a proteção dos territórios dos povos indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, além de implementar estratégias voltadas para reforçar, a curto e longo prazo, a resiliência e a capacidade de adaptação climática desses povos.

O Congresso Nacional não se preocupou com

nada disso. Tampouco considerou o melhor conhecimento científico disponível para tomar suas decisões. O campo científico não foi convidado para sentar à mesa e apresentar estudos que pudessem nortear uma discussão racional sobre as consequências da nova lei para o clima. Qual será o impacto? Ninguém sabe.

Mas, os parlamentares não poderão dizer que estavam desavisados. A Corte IDH alertou que os países devem fortalecer o Estado Democrático de Direito como marco essencial para proteger os direitos humanos, a eficácia da ação pública e uma participação cidadã aberta e inclusiva. Com ouvidos moucos, eles preferiram a seletividade que lhes mantém beneficiados por lobbies e emendas. A sociedade? Que coma bróches.

É fundamental que se coloque freio de arrumação em um Congresso que legisla de costas para a sociedade. A emergência climática já sacrifica os brasileiros, especialmente os mais pobres, como vimos nas enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul ou nos incêndios florestais que consumiram o Pantanal.

Na antevéspera da Conferência das Partes (COP-30), que acontece em Belém, em novembro, o Congresso Nacional boicota o papel do Brasil como um país que poderia estar na vanguarda das negociações climáticas. Nesse cenário, o parecer consultivo da Corte IDH é um instrumento importante para fortalecer — seja nas prováveis judicializações que devem acabar no Supremo Tribunal Federal, seja na própria Corte IDH — a defesa do meio ambiente.

Para os indígenas e quilombolas, que resistem dia a dia, o parecer da Corte IDH será uma ferramenta de luta para manter em pé seus povos e vivos os seus territórios.

## A relação Brasil e Estados Unidos



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF  
Jornalista

Brasil e Estados Unidos são dois países gigantes do Hemisfério Ocidental em território, população, recursos naturais e parque industrial. Jamais guerrearão entre si, seus governos têm relativamente poucas disputas e, muitas vezes, ajustaram suas relações desde que José Silvestre Rebello apresentou suas credenciais ao presidente James Monroe, em maio de 1824, como primeiro representante do Império independente. Embora as relações entre os dois países tenham sido pacíficas por 201 anos, um fio de tensão permeia agora o seu tecido. As tarifas impostas por Donald Trump tumultuam uma relação que, em outros tempos, chegou a ser pacífica e profícua.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial obrigou o Brasil a acordar de sua eterna sonolência. O Brasil não tinha universidades antes de 1930. O país possuía, em 1940, 41.114.000 habitantes. Os Estados Unidos, 132.164.569. Naquele ano, 47% dos brancos brasileiros eram analfabetos, entre os negros o analfabetismo alcançava 79%. Entre os pardos 71%. Em contraste, nos Estados Unidos apenas 4% da população branca era analfabeta e 20% dos negros. O Brasil era a terra do café e nos Estados Unidos já predominava a produção industrial movida por vastas ferrovias que ligavam o país de costa a costa. No Brasil, a estrada Rio-São Paulo era de cascalho até 1940. E no Brasil de 1940 estava no poder a ditadura de Getúlio Vargas. Nos Estados Unidos, o poder era exercido pelo presidente Franklin Roosevelt, eleito.

A guerra explodiu na Europa quando as tropas de Hitler invadiram a Polónia em 1º de setembro de 1939. Em seguida, invadiram vários países do continente e chegaram a poucos quilômetros de Moscou. Havia também a guerra no norte da África. A França foi dominada pelos nazistas em maio de 1940. Isso significava que suas colônias passaram a ser geridas por Berlim. Entre elas, estava o Senegal, que fica na parte africana mais próxima a Natal, no Brasil. Essa série de acontecimentos obrigou o Brasil a despertar de seu berço esplêndido.

Os serviços de informação norte-americanos perceberam o risco de o Senegal ser dominado pelos nazistas e servir de apoio para eventual invasão do chamado saliente nordestino, o Nordeste brasileiro. De posse dessa área, os nazistas poderiam controlar o canal do Panamá, impedir a ligação dos Estados Unidos com a Europa e controlar o Atlântico Sul. Não havia avião capaz de atravessar o Atlântico Norte. A única alternativa para abastecer os exércitos na Inglaterra, na União Soviética e no norte da África era o caminho por intermédio de Natal, Rio Grande do Norte. O trampolim da vitória, a travessia Natal-Senegal, permitiu que as mercadorias enviadas para a guerra chegassem às frentes de combate.

Não foi uma operação fácil. O governo dos Estados Unidos não tinha opinião favorável sobre as Forças Armadas do Brasil, mal armadas, mal treinadas e ainda sob forte influência francesa do início do século passado. Para os brasileiros, aceitar defensores norte-americanos em território brasileiro era uma evidente ameaça à soberania nacional. Além disso, alguns generais de prestígio no Brasil não escondiam sua admiração pelo profissionalismo das tropas alemãs. Por último, os militares brasileiros sempre se prepararam para uma guerra de fronteira com a Argentina. A fronteira sul sempre foi a mais protegida e fortificada. A espionagem nazista ativa dentro do Brasil informava o roteiro, o horário e os dias em que os navios mercantes entravam e saíam dos principais portos brasileiros com destinos aos Estados Unidos.

A história é longa, mas o espaço é curto. Submarinos alemães começaram a torpedear navios brasileiros no curso para os Estados Unidos. No segundo momento, começaram a afundar navios brasileiros nas águas territoriais brasileiras. Nesse momento, a população civil se levantou, exigiu repostas e o governo se mexeu. Assinou ato permitindo que a empresa Pan American, por intermédio de sua subsidiária Panair do Brasil, construísse os aeroportos do Norte e do Nordeste. A Base Aérea de Parnamirim, Natal, foi a maior operação do Exército dos Estados Unidos, antes da invasão da Europa. Brasil e Estados Unidos mantiveram um tratado de cooperação militar até o governo Geisel. O acordo foi rompido quando o presidente Jimmy Carter trabalhou para impedir que o Brasil tivesse seu projeto de energia nuclear. Formalmente, o projeto foi arquivado. Mas a Marinha do Brasil continuou seus estudos e conseguiu enriquecer urânio. Agora se prepara para colocar no mar o primeiro submarino nuclear produzido no Brasil, sob profunda desconfiância dos militares norte-americanos.

Para saber mais sobre o assunto, sugiro a leitura do magnífico *Irmãos de Armas, a aliança entre Brasil e Estados Unidos durante a Segunda Guerra e suas consequências*, de Frank D. McCann, Companhia das Letras, 341 páginas.

Maurenilson Freire



## Igualdade racial: desafios e perspectivas



» LUIS FERNANDO LIMA  
Produtor cultural, bacharel em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Ao longo da trajetória na vida, nós nos deparamos com muitos desafios. Ingressar numa universidade pública era um desses. Por muito tempo, relutei em encarar a dificuldade, pois sabia que não seria fácil, como não foi. A possibilidade era sempre deixada para trás na medida em que os anos passavam. Deixei o antigo ginásio e fui construir, por meio do trabalho, aquilo que era possível, uma vez que, para nós negros e da periferia, poucas possibilidades apareciam.

Encontrei na cultura e no carnaval um caminho, no qual fui me aperfeiçoando e construindo alternativas para ganhar a vida e me aprimorar. Integrante e responsável pela ala, divulgador, coordenador e por aí vai. Em dado momento, minha curiosidade levou-me para dentro de um barracão de alegorias, onde conheci pessoas que realizavam montagem e decoração dos carros alegóricos para o desfile. Uma dessas pessoas mostrou-me o caminho para construir o tema enredo. Como sempre gostei de leitura e me interessava por história, vi uma forma de unir as duas coisas.

Dali para outros setores, foi um pulo. Quando pude fazer um curso para jurados de carnaval, logo me inscrevi e participei por que entendia ser minha prioridade: tema e alegorias. Sai com mais aprendizado.

Fiz novas parcerias que me levaram a participar de uma associação de jurados, pela qual tive a oportunidade de viajar por várias cidades do Rio Grande do Sul, bem como para outros estados e até ao Uruguai e à Argentina. Participava de seminários, palestras e arriscava-me, vez ou outra, a rabiscar um tema enredo. Com isso, surgiram vários outros convites e uma certeza: a necessidade de estudar mais.

Assim, entre um trabalho e outro, passei por várias escolas de samba, ampliando conhecimentos e buscando me projetar entre aqueles que desenvolviam a arte de escrever e realizar trabalhos que pudessem me manter no meio dessa cultura tão esquecida em um estado que não a valoriza, preferindo investir muito mais na cultura alemã, italiana e tantas outras. Não à toa, somos considerados um dos estados mais racistas do país, pois a sociedade elitista e preconceituosa nos vê apenas como serviços. Só que temos uma história, uma rica e preciosa diversidade, além de uma gama grande de personalidades negras de relevo.

Por vezes, deparei-me com o olhar desconfiado de pessoas que nos contratavam. Ouvia sussurros e cochichos pelos cantos, mas seguia em frente, preparado para o desafio. Quando fui convidado para uma palestra na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), em 1992, pensei em não aceitar, pois sabia o que encontraria, mas fui e fiz o que me foi solicitado, uma vez que, na época, pertencia ao Movimento Negro e dominava a pauta proposta.

Fiz parte de um partido político, outra experiência difícil, pois as oportunidades eram poucas e ainda diziam que sem um diploma só conseguiria trabalhos menores. Passei em um ano ouvindo a frase: “Não é por aí companheiro”. Passado algum tempo, eu me envolvi

com uma mulher batalhadora, mãe de duas meninas, que se formou em Saúde Coletiva pela UFRGS e trabalhava na área. Ela me incentivava a fazer o vestibular. Dizia que eu estava desperdiçando meu tempo e utilizando pouco minha inteligência. Decidi seguir seu conselho e foram quatro tentativas até ser aprovado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2018, para o curso de bacharelado em história. Nem acreditei quando meu filho mais velho me deu a notícia.

Iniciei então a realização de um sonho, em março de 2019. Foram cinco anos e meio e durante esse tempo aconteceu de tudo um pouco, da aprovação no vestibular até a conclusão. Tivemos pandemia, semestre cancelado, semestre com aulas remotas, dois estágios obrigatórios, separação, experiência da covid, síndrome do pânico, ansiedade, depressão, temporadas em Florianópolis (SC) — Canasvieiras, Praia da Daniela — (recomeço) e superação. Mais semestres, TCC, perda de pessoas especiais, um semestre maluco com 14 disciplinas. E aí, cancelei duas, rodei em quatro; atê disciplina errada fiz...

Vieram as inundações, semestre paralisado, incertezas... Semestre retomado e, finalmente, a colheita. Concluí o curso em 2024, aos 64 anos. Quando nos preparávamos para a formatura, a colação de grau no Salão de Ato teve de ser adiada. Naquele momento, quase desisti. Tava querendo fazer, por meio do gabinete, uma cerimônia simples, sem custo, uma vez que a questão financeira não ajudava. Mas a família se reuniu e disse que eu deveria ir à Colação de Grau no Salão de Ato, e assim foi. Um dia inesquecível. Daí porque digo, nunca desista dos seus sonhos! Agradeço a Deus por me permitir chegar até aqui. Se ele deixar, mais voos estão por vir.